

Distrito	Município	Freguesia	Despesa prevista		Fontes de financiamento	
			Total	Elegível	Fundo florestal permanente	DGAL
	Ribeira de Pena	Santa Marinha (Ribeira de Pena)	7 009,78	7 009,78	3 504,89	3 504,89
		Santo Aleixo de Além-Tâmega (Ribeira de Pena).	7 009,78	7 009,78	3 504,89	3 504,89
Viseu	Castro Daire	Pepim (Castro Daire)	7 882	7 882	3 941	3 941
		Reriz (Castro Daire)	7 548,54	7 548,54	3 774,27	3 774,27
	Mortágua	Cortegaça (Mortágua)	6 533,46	6 533,46	3 266,73	3 266,73
	Oliveira de Frades	Sejães (Oliveira de Frades)	7 950	7 950	3 975	3 975
<i>Total</i>			499 840,56	499 071,56	249 535,89	249 535,67

13 de Setembro de 2007. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho n.º 22 362/2007

Considerando que a nova Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, determinou a reestruturação do Instituto Camões, I. P., conforme preceituado no n.º 5 do artigo 27.º;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 119/2007, de 27 de Abril, veio concretizar esta reestruturação, cometendo novas atribuições ao Instituto Camões, I. P., e introduzindo alterações na sua estrutura interna, flexibilizando-a;

Considerando que importa preparar as estruturas internas para a assunção das novas atribuições cometidas na coordenação da rede de docência do Português no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário e, em simultâneo, assegurar a continuidade da acção desenvolvida nos domínios tradicionais de intervenção do Instituto Camões, I. P.;

Considerando o desempenho da actual presidente do Instituto Camões, I. P., nomeada para o exercício daquelas funções através do despacho conjunto n.º 333/2004, de 2 de Junho:

Determina-se:

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 17.º e do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 119/2007, de 27 de Abril, e do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada presidente do Instituto Camões, I. P., a licenciada *Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso*.

2 — A nomeada reúne os requisitos legais, académicos e profissionais para o desempenho do cargo em apreço, conforme *curriculum vitae* que se publica em anexo.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a nomeada pode optar pela retribuição base do cargo ou categoria de origem.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Maio de 2007.

4 de Setembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

ANEXO

Simonetta Luz Afonso, museóloga e gestora cultural, nasceu em Lisboa em 1946, é licenciada em História e realizou uma pós-graduação em Museologia, iniciando a sua actividade profissional como conservadora de museus em 1972 no Palácio Nacional da Pena e a partir de 1974 no Palácio Nacional de Queluz, que dirigiu entre 1983 e 1991. Aí dedicou especial atenção ao estudo do edifício e dos jardins, à sua conservação e à relação com os diversos tipos de

público, lançando programas inovadores de história ao vivo e estabelecendo uma relação privilegiada com a comunidade.

Entre 1980 e 1983, dirigiu o Instituto de Conservação e Restauro implementando a primeira fase de reestruturação e modernização e lançando os primeiros cursos de formação a nível nacional na área de conservação do património.

Entre 1991 e 1996, foi directora-geral do então recém-criado Instituto Português de Museus, tendo iniciado uma campanha a nível nacional, com recurso a fundos comunitários, de reestruturação e modernização dos museus portugueses, com especial atenção para os problemas da conservação e da preservação das colecções, angariação de novos públicos, inventariação e informatização do património cultural móvel e apresentação regular de exposições.

Participou activamente na promoção e internacionalização da cultura e do património portugueses como comissária das exposições do Festival Europa 91 que teve lugar na Bélgica e na Holanda, como comissária de Portugal para a Expo 98 e Hannover 2000 e como promotora e organizadora de grandes exposições em museus prestigiados nos EUA, no Japão, no Brasil, em França, em Espanha ou em Itália.

É membro de organizações profissionais no campo da museologia e da conservação do património e tem-se dedicado ao estudo do mecenato e às questões de gestão cultural.

Conservadora do Museu da Assembleia da República cuja programação realizou e é desde Maio de 2004 presidente do Instituto Camões.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 22 363/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 276-B/2007, de 31 de Julho, que concretiza o processo de reorganização da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, decorrente da nova orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), preconizada pelo Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se a manutenção da comissão de serviço do mestre em Direito António João Sequeira Ribeiro no cargo de inspector-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Setembro de 2007.

12 de Setembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.